

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC GUSTAVO CALERO GARRIGA PIRES

ASPECTOS POLÍTICOS DA GUERRA DAS MALVINAS
À LUZ DOS ENSINAMENTOS DE CLAUSEWITZ

Rio de Janeiro

2009

CC GUSTAVO CALERO GARRIGA PIRES

ASPECTOS POLÍTICOS DA GUERRA DAS MALVINAS

À LUZ DOS ENSINAMENTOS DE CLAUSEWITZ

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CF Sérgio Vieira Reale

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2009

RESUMO

A obra de Clausewitz permanece relevante e própria para orientar a análise dos conflitos armados contemporâneos, em todos os níveis de condução da guerra. A partir de uma pesquisa bibliográfico-documental, os conceitos clausewitzianos de natureza da guerra, guerra limitada e preponderância dos objetivos políticos sobre os objetivos militares foram discutidos e aplicados sobre a Guerra das Malvinas, ocorrida em 1982 e que teve a Argentina e o Reino Unido como partes beligerantes. O propósito desta monografia é analisar, a partir dos citados conceitos clausewitzianos, a influência do nível de decisão político argentino e britânico no desenrolar da guerra. Nesta análise, o recurso a eventos marcantes do conflito armado permite uma discussão abrangente e elucidativa da teoria de Clausewitz. Não obstante o interesse generalizado sobre armamentos, meios de combate e aspectos operacionais e táticos, o entendimento de que a política orienta os desdobramentos bélicos militares, e não vice-versa, não gera a devida reação nas sociedades e, somente após uma análise pormenorizada, a mão da política no desenrolar dos conflitos armados fica aparente. A Guerra das Malvinas proporciona um excepcional arcabouço para o emprego das ideias de Clausewitz, visto que se trata de um conflito armado ocorrido há pouco tempo, em uma região próxima ao Brasil e com meios de combate bastante semelhantes aos do nosso inventário, ficando patente a sua aplicabilidade nos dias de hoje.

Palavras-chave: Clausewitz. Guerra das Malvinas. Argentina. Reino Unido. Natureza da Guerra. Guerra Limitada. Objetivos Políticos.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	4
2	ORIGENS DO CONFLITO.....	6
3	A IMPORTÂNCIA DA COMPREENSÃO DA NATUREZA DA GUERRA.....	8
3.1	As Alianças Britânicas.....	8
3.2	O Isolamento Argentino.....	11
4	MALVINAS: UM EXEMPLO DE GUERRA LIMITADA.....	14
4.1	Operação “ <i>Mikado</i> ”	15
5	OBJETIVOS POLÍTICOS MOLDANDO OBJETIVOS MILITARES.....	18
5.1	Estrutura de Comando Britânica.....	18
5.2	Estrutura de Comando Argentina.....	19
5.3	A Preparação da Defesa das Ilhas Malvinas por parte da Argentina.....	21
5.4	O Afundamento do Cruzador ARA “ <i>General Belgrano</i> ”	22
6	CONCLUSÃO.....	24
	REFERÊNCIAS.....	26

1 INTRODUÇÃO

Nenhuma proposta relevante para a guerra pode ser desenvolvida sem levar em consideração os fatores políticos; e quando as pessoas falam, como geralmente o fazem, sobre a danosa influência política sobre a condução da guerra, elas não estão dizendo o que realmente querem dizer. A discussão deveria ser sobre a política em si, não sobre sua influência (CLAUSEWITZ, 1989, p.608, tradução nossa).

O domínio da política sobre a guerra não é um conceito intuitivo. O testemunho sobre os feitos heróicos, a habilidade dos guerreiros e a capacidade de suas armas foi e continua sendo o cerne dos relatos sobre as guerras. Ainda hoje, a fascinação sobre os milagres tecnológicos traduzidos em armas mais letais ofusca a compreensão ampla da gênese dos conflitos armados. Neste sentido, o recurso às ideias de Clausewitz¹ proporciona um feixe de luz de frieza e objetividade sobre este importante fenômeno humano.

Segundo Howard (2001), a guerra é uma atividade racional de última instância, que correlaciona fins e meios para potencializar os interesses vitais do Estado. E, ainda de acordo com o mesmo autor, é na construção teórica que enfatiza o primado da política sobre a condução da guerra que sobressai o arcabouço clausewitziano. O que é notável em sua obra, e justifica o seu continuado estudo, é o quanto que Clausewitz tinha a dizer que suplantou seu próprio tempo e permanece relevante, não somente sob circunstâncias puramente militares, mas também para leituras bem mais abrangentes que a dos oficiais do Exército Prussiano, cuja educação ele focalizava originalmente (HOWARD, 1983). A amplitude e a densidade das formulações clausewitzianas acerca do relacionamento entre política e guerra apresentam-se, em sua maioria, prodigamente válidas e forjam um roteiro para observação de qualquer conflito armado, seja ele regular ou assimétrico. A maneira pela qual este trabalho pretende abordar seus ensinamentos é enfocando aspectos políticos da Guerra das Malvinas (1982).

O valor dos estudos de Clausewitz resiste ao tempo e o hiato de cerca de 150 anos entre o conflito armado em questão e seus escritos desaparece à medida que aprofunda-se a análise executada. Também denominado Conflito do Atlântico Sul, várias características justificam o interesse dos oficiais da Marinha do Brasil (MB) pelo seu estudo, tais como a participação de um país vizinho, um Teatro de Operações (TO)² próximo ao Brasil e o emprego de meios navais bastante semelhantes aos da MB. Todavia, se nos campos operacional e tático, o nível de apreciação e avaliação das experiências colhidas é elevado,

¹ Carl Von Clausewitz (1780-1831), General da Prússia e teórico da guerra. Sua principal obra, “Da Guerra”, é considerada basilar na aplicação do conhecimento científico moderno nos assuntos bélicos. (BRASIL, 2006)

² Teatro de Operações - Parte do teatro de guerra necessária à condução de operações militares de grande vulto, para o cumprimento de determinada missão e para o conseqüente apoio logístico (BRASIL, 2007, p.253).

principalmente pela influência do fator tecnológico, a crítica aos delineamentos políticos merece ainda muita atenção. Em parte, isto decorre do fato da bibliografia consagrada sobre o tema ter sido editada logo após o término da guerra. Com o passar dos anos, novos relatos e testemunhos vieram a complementar, ou até mesmo a contradizer, os papéis originais. Este trabalho busca resgatar tal assunto, demonstrando sua pertinência na atualidade, partindo não só de pressupostos teóricos consagrados, mas observando também novas contribuições.

Assim sendo, a presente monografia tem o propósito de analisar, a partir das formulações de Clausewitz, a influência do nível de decisão político no desenrolar da Guerra das Malvinas, destacando os conceitos de natureza da guerra e guerra limitada, bem como os efeitos dos objetivos políticos sobre os objetivos militares. Para tal, serão utilizados os pontos de vista de ambos os Estados beligerantes, Argentina e Reino Unido.

Inicialmente, a monografia abordará aspectos geográficos, históricos e políticos das Ilhas Malvinas, de maneira a estabelecer o contexto sobre o qual serão aplicados, posteriormente, os conceitos clausewitzianos. O primeiro dos conceitos de Clausewitz aplicado é o de natureza da guerra, onde o desempenho dos contendores no sistema internacional de então é o foco da análise. Posteriormente, a diferenciação dos objetivos políticos da Argentina e do Reino Unido será debatida, especificando uma ocasião em que a característica de esta guerra ter sido limitada influenciou o cerceamento da escalada do conflito e, ao mesmo tempo, a chegada ao seu término. A última construção clausewitziana a ser investigada será a da preponderância dos objetivos políticos sobre os objetivos militares, a partir das estruturas de comando assumidas pelas forças argentinas e britânicas e das conseqüentes limitações em dois episódios distintos da guerra em questão. Finalmente, será realizada uma sucinta análise conclusiva do trabalho.

2 ORIGENS DO CONFLITO

Segundo Duarte (1986), as Ilhas Malvinas, arquipélago composto por duas ilhas principais, Soledad e Gran Malvina, e mais 100 ilhas menores, localizam-se no Atlântico Sul, próximas ao paralelo de latitude 50° Sul e a cerca de 400 milhas náuticas (MN) (740 Km) a leste da costa da Argentina. Também têm importância neste conflito as Ilhas Geórgia do Sul, que ficam a 780 MN (1440 Km) a leste das Malvinas, e as Ilhas Sandwich do Sul, a 400 MN (740 Km) a sudeste das Geórgia do Sul. A área total das Ilhas Malvinas corresponde a 16.384 Km², sendo o solo rochoso, formado por colinas e planícies onduladas. A população, em 1982, era de cerca de 1800 *kelpers*³, sendo que 1200 deles concentravam-se na capital, Port Stanley.

As ilhas, que não possuíam população nativa, foram avistadas pela primeira vez em 1520. Em 1690, o navegador britânico John Strong tomou posse das ilhas e as batizou com o nome do organizador de sua expedição, o Visconde de Falkland. Apesar desta posse, as ilhas permaneceram desabitadas até o século XVIII, quando pescadores franceses as rebatizaram de “*Malouines*”, em homenagem ao porto francês de Saint-Malo. Em 1764, Louis-Antoine Bougainville, militar e diplomata francês, fundou Port-Louis na ilha Soledad e, em 1766, a Espanha adquiriu as ilhas da França. Com a independência argentina em 1816, o novo país herdou da Espanha o arquipélago. Em 3 de janeiro de 1833, a corveta britânica “*Clio*”, sob o comando do Capitão J. J. Onslow, desembarcou colonos nas ilhas, iniciando assim a colonização. Tal fato ocorreu sob protestos da Argentina, que desde então passou a reclamar soberania sobre as ilhas, considerando-as parte integral e indivisível de seu território e que a ocupação britânica constituiu-se uma ilegalidade (DUARTE, 1986).

Segundo o Informe Rattenbach⁴ (RATTENBACH, 1988), as tensões acerca das Ilhas Malvinas recrudesceram a partir de 1960, quando a Resolução nº 1514 da Organização das Nações Unidas (ONU) buscou sepultar o colonialismo a partir da declaração de suas colônias, por parte de todos os países, levando em conta os interesses dos habitantes das possessões. Na ocasião, o Reino Unido listou as Ilhas Malvinas como suas, gerando a indignação da Argentina. Uma segunda Resolução, de nº 2065, estabelecida em 1965, confirmou a orientação anterior, convidando os dois países a negociar o status das ilhas. Esta

³ Nativos ou habitantes das Ilhas Malvinas, cujas costas são abundantes em determinadas algas marinhas de cor marrom, denominadas *kelps*. (TONDINI, 2007)

⁴ Designação do relatório da Comissão de Análise e Avaliação das Responsabilidades Políticas e Estratégico-Militares no Conflito do Atlântico Sul. A comissão foi estabelecida em dezembro de 1982, por determinação do então Presidente Argentino Reynaldo Bignone e foi chefiada pelo General Benjamín Rattenbach.

resolução gerou um obstáculo político para o Reino Unido, que entendia que nada havia a negociar. Desta forma, iniciou um movimento para atrasar o andamento de tais negociações.

Após anos de infrutíferas tentativas diplomáticas, a Argentina encontrava-se, no início de 1982, sob o jugo de uma Junta Militar⁵ e enfrentando profundos problemas econômicos e sociais. Neste contexto, a Junta buscou obter uma maior sustentação política por meio da retomada do arquipélago e o Presidente Galtieri determinou a execução desta retomada pela força (RATTENBACH, 1988).

Segundo Vidigal (1985), ao mesmo tempo em que Galtieri julgou, com certa razão, que tal ação viesse a unir o povo argentino, imaginou que o Reino Unido limitaria suas ações ao campo diplomático e à imposição de sanções econômicas, admitindo negociar prontamente a transferência da soberania sobre as ilhas. Colaborou para esta errônea percepção argentina o fato de que o Reino Unido passava por uma aguda crise econômica e que o governo liderado pela Primeira-Ministra Margaret Thatcher⁶ enfrentava dificuldades de toda ordem. Além disso, o governo argentino teve uma incorreta avaliação da atitude que o governo dos Estados Unidos da América (EUA) assumiria em caso de conflito (RATTENBACH, 1988, p.24).

A oportunidade para a invasão tomou forma em 19 de março de 1982, em função de um pequeno incidente ocorrido na Ilha Geórgia do Sul, quando trabalhadores de uma firma argentina de sucata, de propriedade de Constantino Sergio Davidoff, efetuaram um cerimonial de hasteamento da bandeira ao som do hino argentino, efetuando disparos de armas portáteis. Uma crise diplomática se instalou, e os argentinos decidiram escalá-la, realizando um assalto anfíbio para conquistar e manter o arquipélago das Ilhas Malvinas, Geórgia do Sul e Sandwich do Sul.

A notícia do ataque feriu o orgulho britânico, causando indignação e uma imediata reação do governo, que determinou o envio de uma Força-Tarefa, comandada no Teatro de Operações pelo Contra-Almirante John Woodward, composta por cerca de 100 navios (dentre eles dois navios-aeródromos, três submarinos nucleares e vários outros navios de escolta, anfíbios e auxiliares), além de duas brigadas de fuzileiros navais. O desenrolar das ações militares foi rápido, sendo que no dia 21 de maio de 1982 ocorreu o principal assalto anfíbio britânico, na Baía de San Carlos, e em 14 de junho do mesmo ano a rendição argentina foi assinada (BRASIL, 1999).

⁵ Assumiu o poder em dezembro de 1981 e era composta pelo General Leopoldo Fortunato Galtieri (Presidente), pelo Almirante Jorge Isaac Anaya e pelo Brigadeiro Basilio Arturo Ignacio Lami Dozo (Rattenbach, 1988).

⁶ Margaret Thatcher, do Partido Conservador, foi líder da oposição entre 1975 e 1979 e Primeira-Ministra entre 1979 e 1990 (Fundação “Margaret Thatcher”, 2009).

3 A IMPORTÂNCIA DA COMPREENSÃO DA NATUREZA DA GUERRA

O primeiro, o supremo, o mais profundo ato de julgamento que o governante ou o comandante deve realizar é estabelecer o tipo de guerra na qual eles estão embarcando; nem confundindo-a com, tampouco tentando transformá-la em, algo que não é próprio de sua natureza (CLAUSEWITZ, 1989, p.88, tradução nossa).

De todo o legado de Clausewitz, um dos mais importantes é o embasamento teórico que relaciona a teoria da guerra a uma origem política. Neste tópico reside a melhor expressão da atualidade de seus ensinamentos. A partir desta perspectiva política, que reclama que “[...] a guerra nunca deveria ser pensada como algo autônomo, mas sempre como um instrumento da política [...]” (CLAUSEWITZ, 1989, p. 88, tradução nossa), estabelece-se a base para um cabal entendimento das peculiaridades e particularidades que cada conflito armado possui.

Certamente, a análise de guerras anteriores, sob o prisma de suas posturas estratégicas e decisões políticas, é importante. Todavia, “[...] cada guerra é, de alguma maneira, única” (HOWARD, 2001, p.92). A compreensão deste fato gera, ao mesmo tempo, um estímulo e um desafio: o primeiro é buscar, ininterruptamente, o conhecimento histórico; o segundo, elaborar, a partir deste conhecimento histórico, construções mentais que ampliem o entendimento pleno do fenômeno bélico em questão. Clausewitz orienta o caminho a trilhar: a natureza da guerra advém, em primeiro lugar, da análise dos objetivos políticos dos beligerantes. Segundo Howard (2001), perguntas como até que ponto o líder político é capaz de mobilizar o povo e se ele terá habilidade suficiente para angariar o apoio de outros Estados para seu intento são a chave para o correto entendimento político, que, por sua vez, orientará o desenvolvimento de planos estratégicos e operacionais eficazes. No caso da Guerra das Malvinas, a importância da compreensão da natureza da guerra é patente. Venceu o lado que melhor interpretou a situação política global e regional, e o desempenho britânico comprova tal assertiva.

3.1 As Alianças Britânicas

O nível de condução político do Reino Unido teve participação destacada durante todo o conflito. Sob a liderança da Primeira-Ministra Thatcher, os britânicos atuaram tanto no campo diplomático como no militar de maneira coerente e centralizada.

Em relação aos aspectos diplomáticos, soube o Reino Unido isolar politicamente a Argentina na arena mundial. Segundo Razoux (2002), um dia após o desembarque argentino

nas Ilhas Malvinas, 3 de abril de 1982, o presidente da França François Mitterand (1916-1996) assegurou a Thatcher o total apoio de seu governo. Sob seu ponto de vista, França e Reino Unido partilhavam de vários interesses comuns e encontravam-se em situações análogas: ambos possuíam vocação para influência mundial, cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU, arsenais nucleares modestos, porém dissuasórios, e territórios ultramarinos distantes da metrópole. A partir deste momento, Paris congelou todo e qualquer envio de armas a Buenos Aires e, mais importante ainda, passou aos britânicos informações privilegiadas sobre os códigos dos mísseis ar-superfície Exocet, o que lhes permitiu incrementar suas contramedidas eletrônicas⁷. Os franceses também apoiaram o adestramento das guarnições inglesas, por meio de exercícios com modelos semelhantes às aeronaves *Mirage* e *Super Etendard* argentinas, que demonstraram ao Almirantado Britânico a efetividade destes meios.

A influência de Mitterand também pode ser notada nos votos de Togo e Zaire no Conselho de Segurança⁸, favoráveis aos britânicos, durante a votação da resolução 502 da ONU⁹ (RAZOUX, 2002). Além disso, convenceu o Chanceler da Alemanha Helmut Schmidt a renunciar, temporariamente, aos contratos de armamentos efetuados entre Alemanha e Argentina, o que evitou uma grave crise no âmbito da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e possibilitou, mais adiante, a proclamação de um embargo comercial da Comunidade Europeia à Argentina. É interessante ressaltar que mesmo a Espanha renunciou a seus laços históricos com a Argentina ao acompanhar o citado embargo e ao abster-se na votação do Conselho de Segurança para, pragmaticamente, cuidar da negociação de sua integração à Comunidade Europeia, o que veio a ocorrer efetivamente em 1986 (RAZOUX, 2002).

Em relação à América, os EUA rapidamente definiram seu alinhamento com o Reino Unido. Não obstante a existência de simpatia em relação ao regime militar argentino, justificada pelo desejo do Presidente Ronald Reagan (1911-2004) de reduzir a qualquer custo a influência marxista na América, o apoio estadunidense pode ser resumido na seguinte instrução do então Secretário de Defesa dos EUA, Caspar Weinberger, aos seus subordinados

⁷ Contramedidas eletrônicas incluem todos os meios de explorar uma atividade inimiga para determinar suas intenções ou reduzir sua efetividade.

⁸ O Conselho de Segurança da ONU, na ocasião, era formado pelos seguintes países: França, EUA, Reino Unido, China, União Soviética (membros permanentes), Espanha, Guiana, Irlanda, Japão, Jordânia, Panamá, Polônia, Togo, Uganda e Zaire (RATTENBACH, 1988).

⁹ A Resolução 502 determinava a cessação das hostilidades, a retirada das tropas argentinas e o reinício das negociações. Foi aprovada em 3 de abril de 1982, por 9 votos a favor. Houve 4 abstenções e somente um voto contrário (Panamá) (RATTENBACH, 1988; VIDIGAL, 1985).

militares: “Aos britânicos será dado todo possível apoio em termos de equipamentos e de inteligência” (WOODWARD, 1992, p.XVIII, tradução nossa).

Em termos práticos, Woodward (1992) elege dois elementos como os mais significativos dentre os vários que foram ofertados como forma de apoio dos EUA ao esforço britânico. O primeiro deles foi o míssil ar-ar *Sidewinder*, que teve papel decisivo na defesa aérea da força naval britânica no Teatro de Operações. Razoux (2002) estima que cerca de 85% das vitórias em combates aéreos das aeronaves Sea Harrier britânicas deveram-se a tal míssil. O segundo elemento vital para a vitória do Reino Unido foi o acesso, permitido pelos EUA, às instalações da Ilha de Ascensão¹⁰. No desenrolar do conflito,

Ascensão transformou-se de uma estação de rastreamento de comunicações e de satélites estadunidense em uma base aérea e naval avançada em questão de dias. [...] Nada disto poderia ter sido feito sem o apoio tácito e ativo dos EUA. (WOODWARD, 1992, p. 86, tradução nossa)

Segundo Thompson (1991), no dia 16 de abril de 1982, o aeródromo de Wideawake, na Ilha de Ascensão, registrou o recorde mundial de atividade aérea, com mais de 300 pousos e decolagens, o que atesta a medida do esforço logístico desempenhado. A Ilha de Ascensão também teve papel tático relevante, ao propiciar o desdobramento da Operação “*Black Buck*”, a ousada ação de bombardeio contra o aeródromo de Port Stanley. Tal feito, uma jornada de cerca de 8.000 milhas náuticas, foi desempenhada por aeronaves *Avro Vulcan* e necessitou de 11 reabastecimentos em voo, efetuados por aeronaves *Victor*. Possivelmente, na ocasião, os ensinamentos da famosa Operação “*Doolittle*”¹¹, em relação à necessidade da pronta aplicação de uma resposta militar, foram de valia, corroborando a assertiva de Clausewitz quanto a utilidade do estudo da história militar: “[...] verdades teóricas precisam ser derivadas da história militar ou, pelo menos, confrontadas a ela” (CLAUSEWITZ, 1989, p. 144, tradução nossa).

De acordo com Razoux (2002), por meio desta operação, que apresentou resultados práticos pífios, o Reino Unido demonstrou à Argentina que se encontrava capacitado a bombardear não só o arquipélago em questão, mas também o próprio território continental argentino. Uma segunda mensagem sinalizada foi a de que era exequível ao Reino Unido realizar um ataque com artefatos nucleares, visto que o *Vulcan* é uma aeronave própria

¹⁰ A Ilha de Ascensão situa-se no Oceano Atlântico, a cerca de 4.000 milhas náuticas das Ilhas Malvinas.

¹¹ A Operação “*Doolittle*” foi executada pela Marinha e pela Força Aérea dos EUA em 18/04/1942, após o ataque japonês a Pearl Harbor (07/12/1941). Constatou-se de uma investida de 16 aeronaves B-25, que, operadas a partir do porta-aviões USS “*Hornet*”, bombardearam cinco cidades japonesas. Disponível: http://www.doolittletoyraiders.com/doolittle_raid.htm. Acesso em: 10 jul. 2009.

para tal tipo de ação. A leitura de Clausewitz esclarece a razão disto não ter acontecido: politicamente seria inaceitável.

3.2 O Isolamento Argentino

A atuação argentina, no que tange ao reconhecimento pleno da natureza da guerra, pode ser bastante criticada. É lugar comum citar os fracassos argentinos em mal avaliar a disposição britânica em recorrer à força e a decisão dos EUA em apoiar o Reino Unido como sendo vitais para o não atingimento do objetivo político, que era a negociação, em termos vantajosos, sobre a soberania das Ilhas Malvinas. Faz-se mister, todavia, debater sobre as razões que levaram o nível político argentino a tais incompreensões.

Em relação à postura britânica, alguns “sinais” foram percebidos de forma equivocada. Segundo Vidigal (1985), a Argentina desenvolveu sua estratégia a partir do princípio de que o Reino Unido, sob qualquer circunstância, se limitaria à ação diplomática e à imposição de sanções econômicas, concordando em negociar prontamente a transferência da soberania das ilhas diante da situação de fato criada com um desembarque argentino em território insular. As razões deste entendimento residiam na interpretação argentina da gravidade da situação econômica britânica, na desconsideração das responsabilidades britânicas diante da comunidade mundial e, em particular, da Commonwealth¹², e do redimensionamento das forças navais que estava sendo efetuado pelo Reino Unido e que representava “[...] o mais vigoroso ataque perpetrado pelo Tesouro sobre os gastos militares” (HASTINGS; JENKINS, 1983, p.11, tradução nossa).

Sobre este último fator, é de se levar em devida conta a postura britânica de que “[...] sua participação futura em conflitos armados se limitaria ao âmbito da OTAN, ficando o desenvolvimento de suas forças condicionado, pois, a esta premissa” (VIDIGAL, 1985, p.76). Caso a Argentina decidisse pelo desencadeamento do ataque um ano mais tarde, possivelmente as forças navais do Reino Unido não teriam as mesmas condições de enfrentar a força ofensiva da Força Aérea Argentina, visto que o Porta-Aviões HMS “*Invincible*” já estava praticamente vendido à Austrália e o Porta-Aviões HMS “*Hermes*” iria ser retirado do serviço ativo em breve (HASTINGS; JENKINS, 1983). Tais alienações podem ser entendidas como adequações ao conceito de operação em conjunto com forças navais da OTAN, em

¹² A Commonwealth é uma organização intergovernamental (OIG) formada por Estados com herança linguística e cultural comuns, sendo que sua maioria fez parte do Império Britânico no passado. Disponível em: <http://www.commonwealth-of-nations.org/article.php?id=2&subsection=2> . Acesso em 10 jul. 2009.

particular com porta-aviões dos EUA, que seriam os responsáveis pela cobertura aérea em áreas distantes de terra.

De forma análoga, a importância do ambiente diplomático e do relacionamento entre os Estados Unidos e a Argentina foram inicialmente mal avaliadas pelo país latino. Ao mesmo tempo em que o Reino Unido acercava-se de aliados, a Argentina assumia, involuntariamente, uma posição de isolamento político no cenário internacional.

Segundo Rattenbach (1983), as principais razões dos seguidos reveses diplomáticos foram as seguintes:

a) A designação do embaixador argentino na ONU, Eduardo Roca, em dezembro de 1981, somente foi consumada em 24 de março de 1982, ou seja, durante o desenrolar da questão das Ilhas Geórgia do Sul e uma semana antes da invasão argentina às Ilhas Malvinas, devido a problemas de saúde do embaixador. Na ocasião, a posição argentina naquele fórum estava deteriorada, devido a uma acusação da Nicarágua de intervenção de elementos argentinos na preparação de uma invasão somozista, a partir de Honduras¹³. Roca não estava familiarizado com o ambiente e foi recebido com frieza por parte dos membros do Conselho de Segurança;

b) Numerosos países, principalmente europeus, demonstravam severas restrições ao governo argentino devido à questão dos direitos humanos; e

c) Em relação aos países em desenvolvimento, a Argentina também encontrava-se em posição comprometida devido à declaração do chanceler Costa Méndez¹⁴, em princípios de março de 1982, dando conta que a Argentina não pertencia ao “Terceiro Mundo”¹⁵.

Segundo Hastings e Jenkins (1983) e Razoux (2002), em relação aos EUA, a esperança de que este país assumisse uma posição favorável à Argentina ou, no mínimo, de neutralidade, pode ser entendida a partir das boas relações pessoais entre os presidentes Reagan e Galtieri e do apoio argentino às ações contrárias aos movimentos pró-comunistas na América Central e na Bolívia.

Todavia, o posicionamento dos EUA sobre um possível conflito armado entre argentinos e britânicos foi transmitido de forma clara e inequívoca pelo Secretário de Estado Alexander Haig ao embaixador da Argentina em Washington, em 1º de abril de 1982. Ao

¹³ Episódio a ser compreendido dentro do contexto mundial vigente da Guerra Fria, na qual a Junta Militar argentina era encarada pelo Governo Reagan como um baluarte na luta contra regimes socialistas nas Américas. Para maiores informações sobre este episódio e sua correlação com a Argentina e a Guerra das Malvinas, acessar: <http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,AA1336441-5602,00.html>

¹⁴ Nicanor Costa Méndez (1922-1992) foi o Ministro das Relações Exteriores da Argentina durante a Guerra das Malvinas.

¹⁵ Denominação genérica usada, durante a Guerra Fria (1947-1991), para designar Estados de economia subdesenvolvida ou em desenvolvimento.

informar que os EUA tinham conhecimento da iminência do desembarque argentino nas Ilhas Malvinas, Haig solicitou que se detivesse a invasão, ofereceu seus bons ofícios para atuar como mediador e advertiu que, caso a guerra irrompesse, os EUA não poderiam permanecer neutros e necessariamente apoiariam o Reino Unido. No dia 2 de abril, após o início da Operação *Rosario*¹⁶, o próprio Presidente Reagan telefonou para o mandatário argentino, a fim de “[...] convencê-lo a desistir da operação e da necessidade de buscar uma alternativa ao emprego da força. A tentativa foi infrutífera” (RAPOPORT, 1991, p.11).

Quando o General Galtieri determinou a invasão, ele possuía a exata noção de que o apoio estadunidense se inclinaria para os britânicos, porém não está claro que o restante da nação argentina possuía esta mesma compreensão.

A evocação do TIAR¹⁷, em 19 de abril, pelo Chanceler Costa Méndez não surtiu o efeito desejado, visto que o mais poderoso dos signatários, os EUA, já definira seu alinhamento com a OTAN e com o Reino Unido, em particular.

De acordo com o exposto, pode-se depreender que a situação dos beligerantes no sistema internacional de então representa o seu nível de entendimento da natureza da guerra. As alianças britânicas, ao mesmo tempo em que realçam o isolamento argentino, explicam certos desdobramentos em todos os níveis de condução da guerra, desde o mais elevado, o nível político, até o mais elementar, o nível tático, principalmente sob o ponto de vista logístico. A falha nesta compreensão representa importante parcela do resultado final negativo para a Argentina na Guerra das Malvinas.

¹⁶ Desembarque argentino para tomada das Ilhas Malvinas, executado no dia 2 de abril de 1982.

¹⁷ O Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) entrou em vigor em 3 de dezembro de 1948 e prevê, entre outras considerações, que “[...] se a inviolabilidade ou integridade do território [...] de qualquer Estado Americano for atingida [...] por um conflito extra-continental [...], o Órgão de Consulta reunir-se-á imediatamente a fim de acordar as medidas que, em caso de agressão, devam ser tomadas em auxílio ao agredido [...]”. O conteúdo completo do TIAR está disponível em <<http://www2.mre.gov.br/dai/tiar.htm>> .

4 MALVINAS: UM EXEMPLO DE GUERRA LIMITADA

Desde que a guerra não é um ato de paixão insensata, mas controlada por seu propósito político, o valor deste deve determinar os sacrifícios a serem feitos para sua conquista, em termos de magnitude e também em duração.” (CLAUSETIWZ, 1989, p.92, tradução nossa)

A tipologia de guerras oferecida por Clausewitz é sumária: guerras podem ser ilimitadas ou limitadas. A grande questão neste ponto é estabelecer de maneira correta os parâmetros para essa classificação. A particularidade do enfoque clausewitziano é que a base para utilizá-lo é o fim a que a guerra se destina e não os meios para lutá-la. Não importa o dispêndio, tampouco a mobilização de recursos para a empreitada bélica; o que será levado em consideração é o fim a que se quer chegar.

Assim sendo, são classificadas de ilimitadas as guerras nas quais o objetivo de um beligerante é remover seu poder de resistência, ou seja, “[...] derrubar o inimigo – deixá-lo politicamente sem saída ou militarmente impotente, forçando-o desta maneira a assinar qualquer paz que nos beneficie.” (CLAUSETIWZ, 1989, p.69, tradução nossa). Por outro lado, na guerra limitada o fim não é destituir o estamento governamental oponente, mas sim “[...] meramente ocupar alguns de seus distritos fronteiriços de forma que podemos anexá-los ou usá-los como instrumentos de barganha nas negociações de paz.” (CLAUSETIWZ, 1989, p.69, tradução nossa).

A partir deste entendimento, torna-se patente que a Guerra das Malvinas foi um conflito armado limitado, visto que tanto para a Argentina quanto para o Reino Unido os objetivos não eram a destruição total da estrutura de governo inimiga ou de seu aparato militar. A discussão trazida a seguir sobre a Operação “*Mikado*”, na qual a Base Aeronaval de Rio Grande, localizada na região da Terra do Fogo, foi considerada como alvo para uma ação de tropas especiais britânicas, realçará a problemática inerente ao conceito clausewitziano de guerra limitada.

Ao estabelecer de forma definitiva o primado da política sobre os desdobramentos da guerra, Clausewitz associa o montante dos meios empregados ao valor que tem o objetivo político, ou seja, “[...] afirma uma proporcionalidade não-constante e necessária, mas frequente ou normal entre a grandeza das apostas (políticas) e a intensidade da violência” (ARON, 1986, p.219) Tal fato, assim, explica em grande parte a utilização parcial de meios por parte dos beligerantes no decorrer daquele conflito.

A partir de 1965, como já abordado, o Reino Unido desenvolve uma postura de protelação em relação à disposição argentina de negociar a transferência de soberania das Ilhas Malvinas. Segundo Méndez (1993), é dentro deste contexto que se configura o objetivo político argentino em relação às ações desencadeadas em 1982: ocupar as Ilhas Malvinas a fim de acelerar as negociações internacionais. O desembarque anfíbio de 2 de abril de 1982 almejava “[...] estabelecer um governo provisório e esperar o Reino Unido para iniciar negociações para a transferência de soberania das ilhas.” (PEREYRA, 2006, p.2, tradução nossa). As regras de engajamento desta operação visavam minimizar o derramamento de sangue, “[...] evitar mortes entre as guarnições das ilhas e danos às instalações de propriedade do governo britânico [...]” (BRASIL, 1999, p.1-7), o que, caso viessem a ocorrer, certamente atrapalhariam as negociações. Após o sucesso do assalto, as tropas invasoras regressariam ao continente e seria mantida somente uma pequena guarnição argentina nas ilhas. Após o conhecimento da postura britânica de reaver o arquipélago pela força, tais planos foram abandonados e, em lugar destes, uma incipiente defesa das ilhas foi elaborada.

Em relação ao Reino Unido, é válido ressaltar que, não obstante a Primeira-Ministra Margaret Thatcher ter obtido sucesso nas eleições no mesmo ano de 1982, sua popularidade estava em declínio devido, entre outros fatores, a “[...] insatisfações internas da classe trabalhadora [...]” (BRASIL, 1999, p.2-7) frente à alta taxa de desemprego e à debilidade da economia britânica. “A possibilidade de vencer um conflito armado como este nas Ilhas Malvinas daria ao seu governo uma oportunidade de suplantar a crise e restaurar o orgulho britânico” (PEREYRA, 2006, p.1, tradução nossa). A máxima clausewitziana de que a guerra é um verdadeiro instrumento da política poucas vezes foi tão bem exemplificada.

Os objetivos políticos britânicos foram definidos em três vertentes: defender os interesses nacionais, defender os interesses dos *kelpers* e punir os agressores argentinos. Porém, em nenhum momento antes da invasão, a Junta Militar Argentina considerou que a reação britânica se desse por meio do emprego da força. (BRASIL, 1999).

Como enunciado anteriormente, por meio da análise efetuada sobre os objetivos políticos dos beligerantes, conclui-se pelo caráter limitado do conflito armado.

4.1 Operação “*Mikado*”

De acordo com Hastings e Jenkins (1983), as forças britânicas que se deslocaram ao Atlântico Sul possuíam a restrição de não poder atacar o território continental argentino. Temia-se o agravamento do conflito armado, a adesão de países sul-americanos ao esforço argentino e a censura dos EUA, com o conseqüente estremecimento da aliança militar. Tal

premissa foi seguida à risca até o ataque e posterior afundamento da fragata HMS “*Sheffield*”, que ocorreu em 4 de maio de 1982. Recordando as perguntas de Woodward (1992), afinal, como pôde um navio de escolta de última geração da poderosa esquadra britânica ser afundado ante o primeiro ataque do binômio *Super Etendard – Exocet* argentino? E caso tal ataque se tornasse uma constante? Estas dúvidas assombraram as mentes dos líderes britânicos e a solução adotada ainda é fonte de muitas controvérsias.

Em primeiro lugar, faz-se mister apresentar a história desta aeronave e deste míssil na Armada Argentina. Segundo Muñoz (2005), foram adquiridas 14 aeronaves *Super Etendard*, fabricadas pelo conglomerado francês Dassault-Breguet, e 15 mísseis *Exocet AM-39*, fabricados pela também francesa Aerospatiale, que poderiam ser lançados de caças e que possuíam alcance nominal de 35 milhas náuticas, sendo o término da entrega prevista para setembro de 1982. O binômio *Super Etendard – Exocet* representava o estado da arte em equipamento militar para o combate ar-mar e havia sido homologado para operação a bordo dos porta-aviões franceses em fevereiro de 1982.

Ao irromper da guerra, somente cinco aeronaves e cinco mísseis haviam sido recebidos na Argentina. Conforme explicitado no capítulo anterior, a França interrompeu o fornecimento tanto das aeronaves quanto dos mísseis. Todavia, o mais importante é que apesar de entregue, o conjunto não fora comissionado pelos fabricantes franceses. Assim sendo, a inteligência britânica desconhecia que o binômio encontrava-se pronto em abril de 1982, já que fora operacionalizado por engenheiros e técnicos argentinos (MUÑOZ, 2005, p.32).

Uma vez pronto e verificada a inexecutabilidade de sua operação a partir do porta-aviões ARA “*Veinticinco de Mayo*”, por questões técnicas, e do campo de pouso de Port Stanley, devido às suas reduzidas dimensões, foi decidido que os *Super Etendard* operariam a partir da Base Aeronaval Almirante Quijada, na Ilha Grande da Terra do Fogo, extremo meridional do continente americano. Composto a Segunda Esquadrilha Aeronaval de Caça e Ataque, estas aeronaves representaram, segundo Woodward (1992), a maior ameaça às forças britânicas desdobradas no Atlântico Sul.

Este então era o dilema proposto aos líderes britânicos: como eliminar a ameaça do binômio *Super Etendard – Exocet*, que mostrava-se superior à capacidade de defesa anti-aérea da força-tarefa britânica, sem atacar sua base no continente? O Almirante Woodward sintetizou: “O fato era: nós tínhamos que detê-los. A questão era: como?” (WOODWARD, 1992, p.223, tradução nossa).

Enquanto Woodward não sugere em momento algum de suas memórias um ataque ao território continental argentino, que representaria um tom acima no desenvolvimento da guerra, de acordo com Muñoz (2005), a solução britânica foi o desenvolvimento da chamada Operação “*Mikado*”, que visava, basicamente, a destruição das aeronaves *Super Etendard* e dos mísseis *Exocet AM-39*, bem como a eliminação dos pilotos destas aeronaves em território argentino. Ao mesmo tempo, elementos de informações levaram ao conhecimento das autoridades argentinas tal intento e para contrapô-lo foi destacada a 1ª Brigada de Infantaria da Marinha, que se tornou a responsável pelo aparato defensivo da Base Aeronaval de Rio Grande.

Para a consecução da Operação “*Mikado*”, três alternativas foram tentadas:

A primeira tentativa foi uma incursão de Comandos Anfíbios helitransportados, que chegaram próximo a seu objetivo, porém foram impossibilitados de cumprir a missão devido ao aparato defensivo. A segunda tentativa consistia em um desembarque na Base Aeronaval através de uma aeronave *Hércules* [...] que teve de se abortada por não contar com garantias suficientes que lhe assegurassem êxito. A terceira se tratava de cumprir por meio de incursão de Comandos Anfíbios lançados por botes desde um submarino e [...] não foi posta em marcha devido ao encerramento do conflito (MUÑOZ, 2005, p.22, tradução nossa).

Na realização da primeira tentativa, a aeronave *Sea King SH-3D* que levava os Comandos Anfíbios do *Special Air Service (SAS)*, a mais renomada unidade de forças especiais britânica, teria caído e se incendiado em território chileno na noite do dia 17 de maio. A versão oficial britânica dá conta sobre o acidente de um helicóptero que, impossibilitado de retornar ao seu navio-mãe na Força-Tarefa britânica, se viu obrigado a continuar seu voo até um país neutro, no caso o Chile. O esclarecimento deste episódio talvez se dê a partir de 2012, quando expirará o período de 30 anos no qual os documentos oficiais britânicos tem sido submetidos a rigoroso sigilo.

De qualquer sorte, o cuidado e o sigilo que envolveram tal operação, bem como a opção pelo emprego de forças especiais, denotam inequivocamente o caráter limitado da Guerra das Malvinas, de acordo com a definição de Clausewitz. Fosse de outra maneira, a Base Aeronaval de Rio Grande poderia ter sido alvo de tentativas de ataque ostensivo, com maiores chances de sucesso, sendo que o mesmo poderia também ocorrer em relação às demais instalações militares argentinas em seu territorial continental.

5 OBJETIVOS POLÍTICOS MOLDANDO OBJETIVOS MILITARES

As principais linhas sobre as quais os eventos militares se desenvolvem, e pelas quais eles são restritos, são linhas políticas, que atravessam por todo o período de guerra e avançam sobre a paz subsequente. Como poderia ser diferente? As relações políticas entre povos e entre seus governos param quando notas diplomáticas deixam de ser trocadas? Não é a guerra somente mais uma expressão de seus pensamentos, mais uma forma de falar ou de escrever? Sua gramática, por certo, pode ser própria, porém não sua lógica (CLAUSEWITZ, 1989, p. 605, tradução nossa).

A influência do nível de decisão político pode ser encontrado em todo o desenrolar do conflito armado a começar pela própria decisão de enveredar por este caminho. A medida que passamos aos demais níveis decisórios (estratégico, operacional e tático), tais influências vão desvanecendo. Segundo Clausewitz (1989), a política não estenderá sua sombra sobre aspectos táticos. Não caberá às considerações políticas o posicionamento de guardas ou o emprego de patrulhas, sendo mais relevante sua participação no planejamento da guerra como um todo e das campanhas, em particular.

A solução apresentada por Clausewitz para que tal intervenção política seja compatível e coerente reside em um certo nível de compreensão dos assuntos militares que todo governante deveria ter. A fim de exemplificar episódios nos quais o nível de decisão político interveio diretamente em assuntos estratégico-operacionais durante a Guerra das Malvinas, faz-se mister a apresentação da estrutura de comando dos beligerantes. Após esta descrição, serão discutidos eventos nos quais a busca de objetivos militares foi cerceada devido a influências políticas, tais como os procedimentos para defesa argentina das Ilhas Malvinas contra as ações de retomada britânica e o afundamento do Cruzador ARA “*General Belgrano*”.

5.1 Estrutura de Comando Britânica

Em uma análise expedita, a organização britânica pode ser considerada como padrão, tomando por referência o preconizado atualmente em nosso país. No nível político, a liderança coube à Primeira-Ministra Margaret Thatcher, que contou com o apoio de um gabinete de guerra. No nível estratégico, responsável pela tradução da decisão política para a expressão militar, orientando o emprego das Forças Armadas, destacou-se o Almirante-de-Esquadra Henry Leach, Primeiro-Lord do Almirantado e Chefe do Estado-Maior de Defesa.

No nível operacional, o Comandante Militar da Operação *Corporate*¹⁸ foi o Comandante-em-Chefe da Esquadra, Almirante John Fieldhouse, que era, concomitantemente, o comandante do Teatro de Operações (ComTO); da Força-Tarefa 317, composta por navios de superfície, dentre eles os dois porta-aviões, pelas forças terrestres, que executariam o desembarque anfíbio para a retomada das ilhas, e pelas forças aéreas; e da FT 324, composta por três submarinos nucleares. A FT 317, já no nível de decisão tático, era subdividida em três diferentes Grupos-Tarefa (GT): o Grupo-Tarefa Anfíbio (GT 317.0), comandado pelo Comodoro Michael Clapp; a Força de Desembarque (GT 317.1), comandado pelo General Julian Thompson; e o Grupo de Batalha nucleado em porta-aviões (GT 317.8), comandado pelo Contra-Almirante John Woodward.

Caso a análise se encerrasse neste ponto, a estrutura poderia ser considerada como ortodoxa ao extremo; todavia, um importante detalhe há de ser ressaltado: durante todo o conflito, o Almirante Fieldhouse, comandante do Teatro de Operações, permaneceu em Londres, conduzindo as ações a partir de seu quartel-general em Northwood.

A distância de aproximadamente 8.000 milhas náuticas do objetivo estratégico, as próprias Ilhas Malvinas, não foram motivo suficiente para os decisores políticos britânicos posicionarem o comandante do Teatro de Operações dentro do próprio teatro. Para tanto, a estrutura de comando britânica valeu-se da eficiência de suas comunicações via satélite para conduzir o desenrolar das ações. Os contatos entre o ComTO e o CGT mais antigo, Almirante Woodward, embarcado no HMS “*Hermes*”, foram constantes, o que não impediu a existência de atritos entre os comandantes dos GT que se deslocavam para o Atlântico Sul.

Mesmo após a declaração do Almirante Fieldhouse dando conta que o Almirante Woodward era o Comandante dos Grupos-Tarefa no Atlântico Sul, surgiram dúvidas quanto à estrutura de subordinação vigente. Foi percebida uma tensão crescente entre os três Comandantes de GT da FT 317 e até mesmo o controle operativo dos três submarinos (FT 324) foi questionado. O fato de o ComTO estar tão distante do Teatro de Operações causou “... uma falta de comando centralizado” (THOMPSON, 1991, p.272). Reflexos de tal constatação puderam ser sentidos em diversas ocasiões, desde a fase de planejamento até a execução, permeando, também, todo o esforço logístico. Houvesse o Reino Unido sido derrotado na guerra, poderia-se depreender que a decisão de manter o ComTO tão afastado das ações seria alvo de críticas contundentes.

¹⁸ Operação de retomada das Ilhas Malvinas pelas Forças Armadas Britânicas.

5.2 Estrutura de Comando Argentina

A estrutura de comando das forças argentinas deve ser descrita a partir de dois pontos de vista distintos. A fim de cumprir a invasão ao arquipélago, a denominada Operação *Rosario*, foi estabelecido o Teatro de Operação Malvinas, cujo comandante era o General de Divisão Osvaldo J. Garcia. Logo após a conquista das ilhas, em 3 de abril, o Teatro de Operações Malvinas foi desfeito e em seu lugar foi designado o Teatro de Operações do Atlântico Sul, sendo seu Comandante (ComTOAS) o Vice-Almirante Juan Lombardo, então Comandante de Operações Navais, sendo sua missão estabelecer a defesa dos territórios insulares reclamados (RATTENBACH, 1988).

Como a Argentina estava sendo governada por uma Junta Militar, alguns analistas europeus chegaram a supor uma elevada integração em termos de esforço militar combinado. Entretanto, a duplicidade de atribuições da Junta Militar, que ao mesmo tempo respondia pelo nível político e pelo nível estratégico de decisão, e a falta de mentalidade de operações combinadas¹⁹ foi visível durante todo o esforço de guerra. Segundo Lombardo (2001), o planejamento da Operação *Rosario* foi guiado pelo conceito de realizar operações singulares²⁰ das três Forças Armadas ao mesmo tempo, com pouca interação entre elas. A diminuta resistência britânica à invasão de 2 de abril mascarou a ineficiência em termos de ações combinadas das forças argentinas.

Subordinado ao ComTOAS, já no nível tático, encontravam-se a Guarnição Militar das Malvinas (Brigadeiro-General Mario Menéndez); a Esquadra de Alto-mar, Força-Tarefa (FT) 79, (Contra-Almirante Gualtar Allara); e a Força de Submarinos. Digno de nota é a ausência de forças aéreas subordinadas ao ComTOAS. As aeronaves sob seu comando eram os meios aeronavais, com destaque para os *Super Etendard* de fabricação francesa. Os meios aéreos da Força Aérea Argentina estavam subordinados ao Brigadeiro Ernesto Crespo, Comandante da Força Aérea Sul. Fatos como estes impediram um melhor planejamento e coordenação das ações de defesa.

A partir do estabelecimento do Teatro de Operações do Atlântico Sul, que coincidiu com a evolução do objetivo político argentino desde “ocupar para negociar” até “manter as ilhas, vencendo o inimigo”, a falta de preparo para operações combinadas ficou patente. A realidade foi que a Armada, o Exército e a Força Aérea Argentinos lutaram três diferentes guerras contra os britânicos nas Malvinas, o que explica muitos dos fracassos em

¹⁹ Operação combinada – Operação empreendida por elementos ponderáveis de mais de uma Força Armada, sob a responsabilidade de um comando único (BRASIL, 2007, p.177)

²⁰ Operação singular – Operação desenvolvida por apenas uma das Forças Armadas (BRASIL, 2007, p.184)

termos de sequenciamento, faseamento e sincronismo dos seus esforços. A inexistência de um Comando único para toda a operação pode ser considerada como um fator decisivo para o malogro das iniciativas da Argentina. Tal realidade realçou a profunda segmentação das Forças Armadas Argentinas na ocasião, traduzida em deficiências de treinamento e ausência de planejamento de operações combinadas.

5.3 A Preparação da Defesa das Ilhas Malvinas por parte da Argentina

A verificação da cronologia da Guerra das Malvinas indica um intervalo de tempo entre a invasão argentina, que se consumou em 2 de abril, e o desembarque britânico na Baía de San Carlos em 21 de maio, que culminou com a rendição argentina a 14 de junho. Por certo, ao menos durante a primeira quinzena de abril, a ameaça submarina britânica era irrelevante e havia “[...] as condições e oportunidades de suprirem as unidades em terra com artilharia pesada, [...] além de terem podido aumentar a capacidade das pistas de pouso para operarem os *A-4* e os *Mirage*, de terra” (BRASIL, 1999, p.2-10). A questão proposta é simples: por que os argentinos não estabeleceram uma firme posição defensiva insular enquanto houve liberdade para fazê-lo a partir do mar?

A resposta a tal questão fica clara ante a análise dos aspectos políticos dos eventos que se desenrolaram na ocasião. O desembarque argentino, a Operação *Rosario*, havia sido planejado desde o final de 1981 (RATTENBACH, 1988). Segundo Lombardo (2001), o planejamento desta operação deveria ser feito visando a retomada do arquipélago, com o posterior retorno das tropas de assalto e a manutenção de uma pequena guarnição militar. Para a consecução desta operação foi estabelecido o Teatro de Operação Malvinas, sob o comando do General Garcia, como citado anteriormente. Evidenciava-se então o objetivo político argentino de “ocupar para negociar”. Nenhuma previsão foi realizada, durante este planejamento, para a defesa das ilhas face a um contra-ataque britânico. O emprego maciço do poderio militar por parte do Reino Unido, foi considerado pelo nível decisório político argentino como “[...] pouco menos que impossível” (RATTENBACH, 1988, p.57, tradução nossa).

Segundo Lombardo (2001), somente no dia 3 de abril, ou seja, após o desembarque argentino, foi determinado o estabelecimento do Teatro de Operações do Atlântico Sul, sendo ele próprio, Vice-Almirante Lombardo, designado para comandá-lo, para sua surpresa. No mesmo dia ocorreu a aprovação da resolução 502 do Conselho de Segurança, que representou, segundo Rattenbach (1988), uma derrota diplomática argentina e que:

- a) Exige um imediato cessar das hostilidades.

- b) Exige a retirada imediata de todas as forças argentinas das Ilhas Malvinas.
- c) Exorta aos governos da Argentina e do Reino Unido que procurem achar uma solução diplomática para suas diferenças e que respeitem totalmente os propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas. (RATTENBACH, 1988, p. 39-40, tradução nossa)

Ao assumir o cargo de ComTOAS, em 7 de abril, o Almirante Lombardo foi inteirado que a ideia-chave da Junta Militar era a de que:

[...] a Argentina se absteria do futuro uso da força, cumprindo a resolução 502. Se adotaria uma atitude estratégica defensiva, salvo como resposta a uma agressão concreta por armas inimigas (LOMBARDO, 2001, p.53, tradução nossa).

A partir de então foi realizado o planejamento para as ações de defesa do arquipélago, o que até a ocasião não havia sido feito, sendo que a principal decisão foi o aumento do efetivo de tropas nas ilhas. Todavia, o esforço logístico para uma defesa competente do arquipélago não foi atingido. A inexistência de uma mentalidade de operações combinadas, como citado anteriormente, e o despreparo prévio para a eventualidade de uma reação britânica tornaram a ação de defender uma quimera. Algumas iniciativas como a minagem defensiva de área vitais, a ampliação da capacidade do aeródromo de Port Stanley e o estabelecimento de um arranjo defensivo eficiente da capital não foram tomadas devido a estas circunstâncias.

Ao configurar-se como real a postura mais agressiva do inimigo aos intentos argentinos – reação com todo o seu poderio bélico convencional, usufruindo do apoio dos EUA – não havia planos contingentes que poderiam ter levado a uma saída política mais honrosa para a Argentina. O procedimento adotado pela Junta Militar para preparar a nação para a guerra contrariou as mais elementares regras de planejamento: ao invés de considerar as possibilidades do inimigo, basearam-se nas suas intenções (RATTENBACH, 1988).

5.4 O Afundamento do Cruzador ARA “*General Belgrano*”

De acordo com Rattenbach (1988), dos 641 militares argentinos falecidos ou desaparecidos durante todo o conflito armado, 321 foram vítimas do torpedeamento do Cruzador ARA “*General Belgrano*”. Não resta dúvida que, mesmo estando o navio fora da zona de exclusão determinada pelo Reino Unido, este evento foi um legítimo ato de guerra e representou um divisor de águas na conduta estratégica argentina. Porém, teria sido este episódio um simples desenrolar de uma ação tática naval? A análise baseada nos conceitos de Clausewitz indica o contrário.

Segundo Lombardo (2001), o valor militar deste navio por ocasião da guerra era mínimo. A obsolescência de todos os seus sistemas já havia selado seu destino, tendo sido sua baixa do serviço ativo prevista, no ano de 1980, para dois anos após.

Em 17 de abril, suspendeu de Puerto Belgrano em companhia dos Contratorpedeiros ARA “*Piedrabuena*” e ARA “*Bouchard*”, formando o Grupo-Tarefa 79.3. Devido à informação errônea de que, em 1º de maio, iniciava-se o desembarque britânico nas Ilhas Malvinas, foi determinado que tanto o GT 79.3, como os GT 79.1 (capitaneado pelo Porta-Aviões ARA “*Veintecinco de Mayo*”) e 79.2 (capitaneado pela Fragata ARA “*Hércules*”), efetuassem um movimento de pinça, objetivando as unidades navais britânicas. No dia seguinte, após a verificação da inexatidão da mensagem sobre o desembarque britânico, o ARA “*General Belgrano*” foi atacado pelo Submarino HMS “*Conqueror*”, quando o primeiro já se dirigia para o continente (LOMBARDO, 2001). Cabe, agora, entender porque naquela ocasião e porque o “*General Belgrano*”.

Segundo Rattenbach (1988) e Lombardo (2001), o momento foi adequado ao Reino Unido tendo em vista a apresentação, por parte do então Presidente do Peru Belaunde Terry, de nova proposta de paz, que foi aceita pela Argentina, em substituição àquela apresentada pelo Secretário de Estado Haig. Por meio da máxima clausewitziana de que as ações militares são uma forma de levar adiante as ações políticas, o Reino Unido, na ocasião de ter de apresentar um posicionamento sobre a proposta peruana, criou um obstáculo intransponível à obtenção da paz, sem, contudo, aplicar um duro golpe ao poder naval argentino.

Em termos militares, não há lógica; porém politicamente a ação britânica evitou “[...] o desbalanceamento militar entre os países do extremo sul da América” (LOMBARDO, 2001, p.108, tradução nossa). Caso o alvo escolhido houvesse sido o Porta-Aviões ARA “*Veintecinco de Mayo*” ou então uma das modernas fragatas tipo 42, como a ARA “*Hércules*” ou a ARA “*Trinidad*”, o poder naval argentino sofreria uma perda material sensível. Tal assertiva encontra eco no lado oposto, pois o Almirante Woodward lamenta que:

Embora o submarino nuclear HMS “*Spartan*” estivesse muito próximo de nossa melhor posição estimada do Porta-Aviões ARA “*Veintecinco de Mayo*”, ele já havia sido divertido duas vezes por seus controladores de Northwood daquilo que eu considerava sua tarefa principal (que era encontrar o “*Veintecinco de Mayo*”) – para investigar outros alvos, muito menos importantes (WOODWARD, 1992, p.127).

Considerando que informações satelitais, obtidas pelos EUA, sobre o posicionamento dos navios argentinos haviam sido passadas aos britânicos (DUARTE, 1986, p.379), depreende-se que a decisão de atacar o ARA “*General Belgrano*” ao invés do ARA

“*Veintecinco de Mayo*”, que representava o que Woodward (1992) chamou de “único alvo que realmente importava”, foi iminentemente política.

A partir da análise destes eventos, nos quais objetivos militares foram alterados em prol de orientações políticas, conclui-se pela validade da assertiva clausewitziana que prevê a primazia dos objetivos políticos sobre todos os demais durante um conflito armado.

6 CONCLUSÃO

A obra de Clausewitz não representa a pedra fundamental para entendimento de todos os conflitos armados. O que ela faz com perfeição é realçar conceitos a partir dos quais o analista pode, com maior facilidade e propriedade, discutir uma determinada guerra. Os conceitos utilizados no presente trabalho – natureza da guerra, guerra limitada e preponderância dos objetivos políticos sobre os militares – fazem parte do arcabouço clausewitziano que aponta para a política como a origem das mais críticas decisões em uma guerra, fato que ainda hoje não é um lugar comum no âmago das sociedades.

A Guerra das Malvinas certamente enseja a discussão de tópicos operacionais e táticos, como o emprego de mísseis e de submarinos nucleares, operações especiais e ações aeronavais, influência da meteorologia e aproveitamento de satélites, por exemplo. Entretanto, o aparato das ideias de Clausewitz é melhor explorado a partir da análise nos níveis político e estratégico. A relação de submissão da guerra à política, talvez a mais importante contribuição do teórico prussiano, permeia os esforços bélicos dos países beligerantes e a Guerra das Malvinas apresenta excelentes exemplos de tal construção.

As discussões sobre a atuação da Argentina e do Reino Unido no sistema internacional, as alianças executadas e o relacionamento com os demais Estados possibilitam a representação do nível de entendimento da natureza da guerra. O acerto da política britânica de alianças, que impeliu a Argentina ao isolamento, explica, em grande parte, o resultado favorável quanto ao desempenho de suas forças. A percepção errônea sobre a possibilidade do apoio estadunidense ao intento argentino foi um ponto crítico, a partir do qual fica patente a falha do Estado sul-americano em corretamente compreender a natureza desta guerra.

O objetivo político é o elemento que define se uma guerra é limitada ou ilimitada, não os meios utilizados durante o conflito armado. O cuidado e o sigilo que envolveram a Operação “*Mikado*” indicam que aquilo que estava em jogo não era a submissão total do adversário, mas sim o atingimento de um determinado objetivo político. Tal fato ilustra, com cores fortes, o caráter limitado da Guerra das Malvinas, de acordo com a definição de Clausewitz. Caso a guerra fosse ilimitada, a Base Aeronaval de Rio Grande provavelmente teria sido alvo de ataques poderosos, visto que guardava a combinação mais letal à Força-Tarefa britânica: o binômio *Super Etendard* – *Exocet*. O término da guerra evitou uma terceira tentativa, após duas malogradas, de infiltração de tropas de operações especiais britânicas, desta vez por submarino.

A partir da análise destes eventos, bem como da falta de preparação de uma defesa argentina que pudesse se contrapor eficazmente à infantaria britânica e da decisão do Reino Unido de afundar o Cruzador ARA “*General Belgrano*”, em detrimento de alvos detentores de maior valor militar, como por exemplo o Porta-Aviões ARA “*Veintecinco de Mayo*”, fica marcante a primazia que Clausewitz dava aos objetivos políticos sobre os objetivos militares.

Finalmente, conclui-se que a leitura de Clausewitz continua atual e válida nos dias de hoje. As influências políticas no decorrer de um conflito armado, como evidenciado nesta monografia pelo exemplo da Guerra das Malvinas, podem ser esclarecidas à luz de seus ensinamentos. Certamente, ele não fornece todas as respostas, mas orienta o caminho a ser trilhado na busca de um entendimento cada vez mais holístico sobre este fenômeno que acompanha o homem desde sua criação e que não dá mostras de esgotamento: a guerra.

REFERÊNCIAS

- ARON, Raymond. **Pensar a Guerra**: Clausewitz, a era planetária. Tradução de Elisabeth Maria Speller Trajano. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986. Título original: Penser la Guerre: Clausewitz, l'âge planétaire.
- BRASIL. Escola de Guerra Naval. LS-V-9902: **Guerra das Malvinas**. Rio de Janeiro, 1999.
- BRASIL. Escola de Guerra Naval. EGN 304 B: **Guia de Estudos de Estratégia**. Rio de Janeiro, 2006.
- BRASIL. Ministério da Defesa. MD35-G-01: **Glossário das Forças Armadas**. Brasília, 2007.
- CLAUSEWITZ, Carl Von. **On War**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- DUARTE, Paulo de Queiroz. **Conflito das Malvinas**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1986.
- Fundação “Margaret Thatcher”. 2009. Apresenta a biografia da ex-Primeira-Ministra Britânica Margaret Thatcher. Disponível em: <<http://www.margaretthatcher.org>>. Acesso em: 04 jul. 2009.
- HASTINGS, Max; JENKINS, Simon. **The Battle for the Falklands**. New York, NY: W.W.Norton & Company, Inc, 1983.
- HOWARD, Michael. **Clausewitz**. Oxford, NY: Oxford University Press, 1983.
- HOWARD, Michael. **Masters of War**. London: Frank Cass Publishers, 2001.
- LOMBARDO, Juan Jose. **Malvinas**: Errores, Anecdotas y Reflexiones. 2001.
- MÉNDEZ, Nicanor Costa. **Malvinas**: ésta la historia. Buenos Aires: Sudamericana, 1993.
- MUÑOZ, Jorge. **Ataquen Rio Grande**. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales, 2005.
- OLIVIERI, Antonio Carlos. **Guerra das Malvinas**. 2007. Disponível em <<http://educacao.uol.com.br/atualidades/ult1685u287.jhtm>>. Acesso em 06 jun.2009.
- ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Tratado Interamericano de Assistência Recíproca**. 1948. Disponível em <<http://www2.mre.gov.br/dai/tiar.htm>> . Acesso em 04jul. 2009.
- PEREYRA, Rodolfo. Clausewitz and the Falkland Islands Air War. **Air & Space Power Journal**, St Louis - MO, EUA, Fall 2006. Disponível em: <http://www.airpower.maxwell.af.mil/airchronicles/apj/apj06/fal06/pereyra.html>. Acesso em: 04 abr 2009.

RATTENBACH, Benjamín *et al.* **Informe Rattenbach: El Drama de Malvinas.** Buenos Aires: Ediciones Espartaco, 1988.

RAZOUX, Pierre. La Guerra de las Malvinas. **Istor Revista de História.** Tradução de Jean Meyer. Santa Fé, México, 2001. Disponível em <http://www.istor.cide.edu/archivos/num_8/dossier1.pdf>. Acesso em 29jun. 2009.

RAPOPORT, Mario. A Guerra das Malvinas e a política exterior argentina: a visão dos protagonistas. **Projeto “Globalización e Integración. Factores Históricos y Problemas Actuales del Cono Sur”.** Tradução de Denise García. Buenos Aires, 1991. Disponível em: <<http://ftp.unb.br/pub/UNB/ipr/rel/rbpi/1996/98.pdf>> . Acesso em 10 jun. 2009.

THOMPSON, Julian. **The Lifblood of War: Logistics in Armed Conflict.** Londres: Brassey's, 1991.

TONDINI, Bruno. **Malvinas: Historia, aspectos jurídicos y económicos.** Buenos Aires: El Ortiba, 2007. Disponível em < <http://www.elortiba.org/malvinas.html>>. Acesso em 20 maio.2009.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. **Conflito no Atlântico Sul.** Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 1985.

WEST, Nigel. **La Guerra Secreta por las Malvinas: Los Exocets y el espionaje internacional.** Tradução de Horacio Pons. Buenos Aires: Sudamericana, 1997. Título original: **The secret war for the Falklands.**

WOODWARD, Sandy. **One hundred days: the memories of the Falklands battle group commander.** London: Harper Collins Publisher, 1992.